

# Estado do conhecimento sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das publicações FINEDUCA

*State of knowledge about the financing of Professional and Technological Education: an analysis of the FINEDUCA publications*

**Recebido:** 31/08/2023 | **Revisado:** 26/11/2023 | **Aceito:** 27/11/2023 | **Publicado:** 11/12/2023

**Ramon Igor da Silveira Oliveira**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8205-8614>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
E-mail: [ramonygor@hotmail.com](mailto:ramonygor@hotmail.com)

**Maria Aparecida dos Santos Ferreira**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-8916>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
E-mail: [maria.santos@ifrn.edu.br](mailto:maria.santos@ifrn.edu.br)

**Lenina Lopes Soares Silva**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0517-4742>  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
E-mail: [leninasilva@hotmail.com](mailto:leninasilva@hotmail.com)

**Como citar:** OLIVEIRA, R. I. S.; FERREIRA, M. A. S.; SILVA, L. L. S.; Estado do conhecimento sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das publicações FINEDUCA. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 2, n. 23, p. 1-17, e16032, Dez. 2023. ISSN 2447-1801.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Resumo

Este artigo objetivou analisar as produções acadêmicas sobre o financiamento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) presentes nas publicações da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA). De abordagem qualitativa, a pesquisa foi exploratória, bibliográfica e do tipo estado do conhecimento. Foram identificadas, na Revista FINEDUCA e nos Anais do V ao X Encontro FINEDUCA, vinte produções entre artigos completos e resumos simples e expandidos. Onze delas foram publicadas por pesquisadores da região nordeste do Brasil, e oito por autores vinculados ao Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Treze das publicações trataram do financiamento dos Institutos Federais, quatro refletiram sobre as relações público-privadas que permeiam o financiamento da modalidade, e somente duas investigaram o financiamento da EPT na esfera estadual, evidenciando uma lacuna no que se refere à produções que tomam como *locus* de pesquisa esta rede de ensino.

**Palavras-chave:** Financiamento da educação profissional e tecnológica; Educação profissional e tecnológica; Estado do conhecimento; FINEDUCA.

## Abstract

This article aimed to analyze academic productions on the financing of Professional and Technological Education (EPT) present in publications by the National Association for Research in Education Financing (FINEDUCA). With a qualitative approach, the research was exploratory, bibliographical and of the state of knowledge type. Were identified, in the FINEDUCA Magazine and in the Annals of the V to the X FINEDUCA Meeting, Twenty productions between complete articles and simple and expanded abstracts. Eleven of them were published by researchers from the northeast region of Brazil, and eight by authors linked to the Federal Institute of Rio Grande do Norte. Thirteen of the publications dealt with the financing of Federal Institutes, four reflected on the public-private relations that permeate the financing of the modality, and only two investigated the financing of EPT at the state level, highlighting a gap with regard to productions that take this education network as their locus of research.

**Keywords:** Financing of professional and technological education; Professional and technological education; State of knowledge; FINEDUCA.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, como um direito de todos, estabelecido pelo Artigo 205 do dispositivo legal. Sendo dever do Estado, a educação objetiva conduzir as pessoas ao seu pleno desenvolvimento, preparando-as para o exercício da cidadania e qualificando-as para o trabalho. Para que tal direito seja concretizado, no entanto, é indispensável o investimento de recursos financeiros na manutenção e no desenvolvimento da educação, em todos os seus níveis, etapas e modalidades de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394/1996, determinou que o financiamento da educação seria compartilhado pelos entes federados em um regime de colaboração, sendo a União responsável por financiar as instituições federais de ensino, os Estados e o Distrito Federal responsáveis por financiar o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, e os Municípios responsáveis por financiar o Ensino Fundamental e a Educação Infantil.

No contexto da educação brasileira se insere a educação profissional e tecnológica (EPT) que, em um cenário de disputa política, como aponta Araujo (2019), pode se apresentar de duas formas distintas: a primeira, conforme Frigotto (2001), está subordinada aos preceitos excludentes do modelo capitalista de desenvolvimento econômico e vinculada a uma perspectiva de formação mínima e fragmentada, que busca tão somente formar um cidadão empregável; a segunda, de acordo com Ciavatta (2014), está fincada em uma perspectiva que proporciona o desenvolvimento pleno dos sujeitos, através de uma formação integral, humanizada e emancipadora.

Questões relacionadas à EPT e ao financiamento da educação sempre estiveram no centro dos debates educacionais e governamentais, tornando-se também um tema de relevância para a comunidade acadêmica. Em vista disso, é crescente o número de pesquisadores interessados em comunicar suas análises acerca das políticas de financiamento da educação, responsáveis pela destinação de recursos financeiros para a viabilização das ações educativas.

Inseriu-se, nesta conjuntura, a Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (FINEDUCA), que, segundo Souza, Pinto, Gil, Jacomini e Farenzena (2020, p. 1), foi criada no sentido de reunir, em uma única entidade, os estudiosos que discutiam temáticas relacionadas ao financiamento educacional. Para estabelecer um espaço comum para o compartilhamento de reflexões sobre os “recursos destinados à educação, o impacto da política de fundos, as desigualdades, as formas de valorização dos profissionais da educação, as diferentes nuances dos mecanismos de privatização do ensino e o custo de uma escola de qualidade”, criou-se, através da associação, em 2010, a Revista FINEDUCA, e em 2013, o evento acadêmico denominado Encontro Anual da FINEDUCA. Até agosto de 2023 foram publicados treze volumes do periódico, e realizadas dez edições do evento.

Diante disso, emerge a problemática deste trabalho: quais das publicações FINEDUCA se dedicaram à análise do financiamento da EPT, e o que as pesquisas apresentam como objetivos e resultados? Assim, este estudo teve como objetivo analisar o conteúdo das produções acadêmicas referentes ao financiamento da EPT

presentes nas publicações FINEDUCA, em uma investigação qualitativa, fundamentada em preceitos da metodologia de pesquisa conhecida como estado do conhecimento, descrita por Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

Busca-se, através do mapeamento das produções periódicas e dos Anais das reuniões anuais FINEDUCA, identificar a quantidade de trabalhos, os anos de publicação, as instituições de vínculo dos autores, as temáticas abordadas, os objetivos e os principais achados das pesquisas em financiamento da EPT.

A escolha por analisar as produções relacionadas a esta temática justifica-se pela importância que o financiamento desta modalidade educativa que, segundo Saviani (1994), toma o trabalho como princípio educativo, associando as categorias Trabalho e Educação, representa para a sociedade e para a economia do país.

A EPT está ainda inserida na meta onze do Plano Nacional de Educação (2014-2024), Lei n.º 13.005/2014, a qual almeja triplicar, até o final de 2024, as matrículas da educação profissional técnica de nível médio no Brasil, assegurando pelo menos 50% da expansão no segmento público. Na atualidade, os cursos de EPT são ofertados pelas redes estaduais, federal e privada de ensino.

Para fins de organização, o artigo se estrutura em três tópicos, para além desta introdução. De início, é discutida a abordagem teórico-metodológica definida para o estudo, assim como os procedimentos metodológicos utilizados para conduzir o mapeamento e a seleção dos estudos para análise; em seguida, é apresentada a análise do conteúdo das obras, identificando seus objetivos e seus principais achados; por fim, são feitas as considerações finais, bem como apontadas as lacunas observadas nos trabalhos sobre o tema, disponíveis na Revista FINEDUCA e nos Anais dos Encontros Anuais da FINEDUCA.

## 2 METODOLOGIA

O presente estudo possui uma abordagem qualitativa, que, segundo Triviños (1987), se caracteriza por trabalhar os dados buscando seu significado, baseando-se na percepção do fenômeno dentro de seu contexto. Desta forma, a investigação qualitativa procura não somente captar a aparência do fenômeno, mas também a sua essência, no sentido de explicar suas origens, relações e mudanças, tentando intuir suas consequências.

A pesquisa configura-se também enquanto exploratória, que, para Prodanov e Freitas (2013), possui como finalidade propiciar mais informações sobre o objeto de investigação, permitindo sua definição e delineamento; e bibliográfica, que, de acordo com Severino (2016), decorre de estudos anteriores, realizada a partir do registro disponível em artigos, livros, teses, entre outros.

Este trabalho pode ainda ser compreendido como um estado do conhecimento, que, conforme Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 23) se define pelos processos de “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo”, visando reunir dissertações, teses, livros e periódicos acerca de uma mesma temática, previamente determinada.

O levantamento das produções foi realizado nos treze volumes da Revista FINEDUCA, publicados entre os anos de 2011 e 2023, e dos Anais das edições V a X do Encontro Anual da FINEDUCA, realizados entre os anos de 2017 e 2022. Os anais referentes às edições anteriores do evento não foram disponibilizados no *site* da associação.

Para o mapeamento e a seleção das produções acadêmicas relacionadas ao tema de interesse desta análise, ações realizadas ao final do mês de agosto de 2023, inicialmente foi feito o acesso ao *site* da Revista FINEDUCA (<https://seer.ufrgs.br/fineduca>), onde estão hospedadas, na íntegra, todas as publicações do periódico. O processo de busca se deu pela inserção do descritor “educação profissional” no campo de pesquisa do *site* da revista, sem a utilização de quaisquer filtros.

Para a pesquisa nos Anais dos Encontros Anuais da FINEDUCA, de início foi acessada a página que agrega os anais do evento (<https://fineduca.org.br/anais/>), e em seguida, as páginas específicas que dão acesso aos trabalhos apresentados em cada uma das reuniões anuais. A fim de selecionar aqueles que tivessem relação com a EPT, o mesmo descritor foi igualmente buscado nas páginas dedicadas aos eixos temáticos das edições disponibilizadas.

Das edições V a VII (2017-2019), eram três os eixos temáticos dos Encontros Anuais da FINEDUCA, denominados Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior, Planos de Carreira e Remuneração de Professores e Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação. A partir da edição VIII e até a XII (2020-2023), o primeiro eixo se desmembrou em dois, dando origem aos eixos Políticas de Financiamento da Educação Básica e Políticas de Financiamento da Educação Superior.

A tabulação dos trabalhos se deu com o auxílio do *software* Excel, por meio do qual se realizou a inclusão dos títulos, dos nomes dos autores, das suas instituições de vínculo, dos anos de publicação e dos eixos temáticos (quando disponíveis) das publicações. Após isso, os resumos e as considerações finais (também quando disponíveis) foram analisadas, e as produções categorizadas quanto ao conteúdo abordado.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca na Revista FINEDUCA retornou 43 artigos, publicados entre os anos de 2012 e 2023. Considerando a delimitação de analisar somente os que tratam do financiamento da EPT, o critério de pertinência temática foi utilizado para a exclusão de trinta e seis artigos, restando apenas sete publicações.

As publicações selecionadas foram realizadas entre os anos de 2015 e 2022, sendo uma em 2015; uma em 2016; uma em 2019; uma em 2020; duas em 2021; e uma em 2022. É interessante perceber que somente após a publicação de quatro volumes, o financiamento da EPT figurou, ainda que de maneira tímida, entre as temáticas abordadas pelo periódico.

Entre as instituições de vínculo dos autores, estavam o Instituto Federal de Brasília (IFB), o Instituto Federal de Goiás (IFG), o Instituto Federal do Paraná (IFPR),

o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Observou-se a predominância de pesquisadores vinculados às instituições das regiões nordeste e centro-oeste como os principais produtores do conhecimento em financiamento da EPT, visto que somente uma das publicações não partiu destas regiões. Também é importante ressaltar o interesse das universidades, que não ofertam essa modalidade de educação, pelo tema.

Sobre a categorização dos estudos, dois deles trataram da EPT na perspectiva das relações público-privadas de financiamento e cinco abordaram o financiamento da modalidade nos Institutos Federais, sendo que dois desses voltaram-se para discussões acerca da Emenda Constitucional n.º 95/2016 e suas implicações no financiamento dos institutos, e três para a análise da execução orçamentária das instituições.

Algo que chama a atenção é o não protagonismo das redes estaduais de ensino que, apesar de também serem responsáveis pela oferta da EPT, não foram objeto de nenhuma das produções, que concentraram-se em estudar questões relacionadas ao financiamento da modalidade ofertada pelas redes privada e federal. O Quadro 1 organiza os artigos considerados para esta pesquisa.

**Quadro 1:** Publicações nos volumes um a treze da Revista FINEDUCA - Quadro de Referências

Ano	Referência	Instituição(ões) de vínculo
2015	PEREIRA, Josué Vidal; AMORIM, Rodrigo de Freitas. Dinheiro público, oferta privada: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S. <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2015.	IFG
2016	NASCIMENTO, Maria Luzirene Oliveira do; CRUZ, Rosana Evangelista da. Financiamento e gestão do PRONATEC: o público e o privado na política de educação profissional. <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2016.	UFPI
2019	PEREIRA, Josué Vidal. Análise dos recursos financeiros aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: 1996-2016. <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-20, 2019.	IFG
2020	DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa; BRISOLLA, Lívia Santos. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 1-17, 2020.	IFB / UFG
2021	ROLIN, Evandro Cherubini. Desenvolvimento de metodologia para o cálculo do custo-aluno da educação profissional e tecnológica no campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná. <b>FINEDUCA - Revista de</b>	IFPR

	<b>Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 11, n. 18, p. 1-19, 2021.	
2021	SILVA, Andreilson Oliveira da; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento da Assistência Estudantil do IFRN: uma relação entre as matrículas e os recursos planejados (2014 a 2019). <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 1-17, 2021.	IFRN
2022	OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e as implicações para os recursos da assistência estudantil do IFRN. <b>FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação</b> , Porto Alegre, v. 12, n. 7, p. 1-14, 2022.	IFRN

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 1 evidencia a quantidade diminuta de publicações acerca da EPT na Revista FINEDUCA. Apesar do número reduzido, as produções trazem discussões importantes para a compreensão do contexto do financiamento dessa modalidade educativa.

O estudo de Pereira e Amorim (2015) procurou analisar a dinâmica do financiamento e das ofertas de EPT no Sistema S entre os anos de 2006 e 2013, de modo a apreender tendências quantitativas a partir da implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Os autores concluíram que houve uma tendência de fortalecimento do oferecimento da EPT pelas Instituições privadas do Sistema S, principalmente através da venda de cursos de treinamento profissional de nível básico ao governo. A pesquisa também denunciou que a expansão da modalidade nestas instituições se deu por meio da transferência de recursos públicos via Bolsa Formação do PRONATEC, enquanto a Rede Federal, que articula cursos de formação profissional de nível técnico ao Ensino Médio, captou uma ínfima quantidade de recursos deste programa.

As análises de Nascimento e Cruz (2016), no mesmo sentido, tiveram como intuito apresentar e problematizar o financiamento e a gestão do PRONATEC, relacionado à expansão da oferta da EPT em instituições privadas entre 2010 e 2014. Como no trabalho anterior, evidenciou-se o caráter mercantilista que permeia a relação público-privada da gestão do programa, que é fortalecida ao passo em que se transfere a educação do campo do direito para a esfera do mercado de consumo. Conforme as autoras, apesar de atender majoritariamente a uma parcela da sociedade em situação de vulnerabilidade social, o modelo de gestão do PRONATEC beneficia principalmente o setor privado, contribuindo para o crescimento das instituições privadas de educação através do repasse de recursos públicos.

Pereira (2019), em diferente obra, teve como objetivo analisar as tendências e lógicas do financiamento das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, entre os anos de 1996 e 2016. Seu levantamento revelou uma importante mudança na lógica de atuação do Fundo Público, uma vez que, até 2003, o financiamento da EPT se dava prioritariamente através das parcerias público-privadas, e após esse período, apesar de conservar-se o regime de parcerias, ampliou-se substancialmente o investimento público na modalidade, principalmente

em função da criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, entre 2009 e 2016.

Os achados das investigações de Dutra e Brisolla (2020), que intencionavam analisar os impactos e as rupturas provocadas pela Emenda Constitucional 95/2016 (EC 95/2016) na educação superior brasileira, com ênfase nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apontaram para a grave crise orçamentária enfrentada pela Rede Federal de Ensino após a redução dos orçamentos causada pela citada emenda, culminando na inviabilidade da execução do determinado pela meta onze do PNE (2014-2024).

Rolin (2021), sob uma ótica diferente da dos demais trabalhos, buscou desenvolver uma metodologia para calcular o custo-aluno-anual da educação profissional e tecnológica oferecida pelo campus Curitiba do IFPR, no ano de 2017, considerando os dados da folha de pagamento, da execução orçamentária anual, do quantitativo de estudantes por curso e da carga horária dos docentes. Através de suas análises, o autor identificou que a oferta com o maior custo-aluno era a dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, e a oferta com o menor custo-aluno era a do curso de pós-graduação *Lato Sensu*.

A pesquisa de Silva e Ferreira (2021), que objetivou analisar a relação entre os investimentos planejados para a Assistência Estudantil no IFRN e a ampliação do número de matrículas na Instituição, no período de 2014 a 2019, constatou que o crescimento do número de matrículas e o de recursos investidos nas ações de assistência estudantil na instituição não seguem um mesmo padrão, o que pode vir a deixar alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica sem o atendimento assistencial necessário e, conseqüentemente, prejudicar o Projeto de Permanência e Êxito, que pode ser afetado pelo aumento nas taxas de evasão e repetência em decorrência do baixo investimento na política de Assistência Estudantil.

Por fim, as investigações de Oliveira e Ferreira (2022) igualmente trataram do financiamento das ações de Assistência Estudantil no IFRN, objetivando analisar os impactos da promulgação da EC 95/2016 para os recursos destinados ao financiamento dessa política na instituição. Os dados da pesquisa indicaram que, apesar da grave ameaça que a mencionada emenda representava para o financiamento da EPT, esta não estava relacionada à diminuição no volume de recursos investidos em ações do gênero na instituição, sendo o responsável o contingenciamento de recursos sofrido pelas Instituições Federais de Ensino Superior, ocorrido no ano de 2019.

Explicitados os principais achados das reflexões publicadas pela Revista FINEDUCA acerca do financiamento da EPT, serão apresentados, a seguir, os achados referentes aos trabalhos apresentados nos Encontros Anuais FINEDUCA, posteriormente publicados nos anais do evento, nos formatos de resumo e resumo expandido.

Após a busca, foram encontradas treze produções. No entanto, duas delas, as de Pereira (2019) e Oliveira e Ferreira (2021), foram publicadas como artigos completos na Revista FINEDUCA, anteriormente abordadas. Seis das publicações encontravam-se no eixo que analisa Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior; cinco, no eixo que estuda as Políticas de Financiamento da Educação

Básica; e duas, no eixo que investiga as relações público-privado no financiamento da educação.

Assim, com exceção da 9ª edição do evento, que trouxe trabalhos sobre a temática no eixo que estuda as relações público-privado no financiamento da educação, os estudos acerca do financiamento da EPT concentraram-se nos eixos que agrupam as análises das Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior. Nenhum trabalho que tratasse do tema em tela foi identificado no eixo que discute Planos de Carreira e Remuneração de Professores. O Quadro 2 apresenta essas produções.

Observou-se que duas das publicações foram expostas no evento realizado no ano de 2017; duas no de 2018; duas no de 2019; uma no ano de 2020; quatro no de 2021, sendo este o ano a possuir mais publicações sobre o tema nos Anais dos Encontros Anuais da FINEDUCA; e duas no de 2022. Desse modo, em relação às publicações da Revista FINEDUCA, as produções encontradas nos anais se mostram em maior quantidade, com discussões presentes em todas as edições disponibilizadas na página do evento.

Viu-se que oito destas publicações tiveram pesquisadores da região nordeste como autores, destacando-se o IFRN como a instituição de vínculo dos autores de seis destas pesquisas; os demais estudos tiveram origem na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Instituições fora da região nordeste também contribuíram com a produção do conhecimento em financiamento da EPT em cinco produções, estando entre elas o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEET), a Escola Técnica Estadual de Campo Limpo (ETEC), o IFG, a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), e a Universidade de São Paulo (USP), que figura como a instituição de vínculo dos autores de três trabalhos.

**Quadro 2:** Publicações nos Anais das edições V a X do Encontro Anual da FINEDUCA - Quadro de Referências

Ano	Referência	Instituição(ões) de vínculo
V Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior		
2017	RIBEIRO, Isabella Medeiros Lopes; SOUZA JUNIOR, Luiz de. A execução do Pronatec no âmbito do IFPB: um estudo de caso. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 5., 2017, Natal. Anais [...].</i> Natal: FINEDUCA, 2017.	UFPB
2017	SILVA, Carlos José Araújo da; SOUZA, Michael Pratini Silva de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Dotações orçamentárias e investimento nas atividades estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte em 2016. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 5., 2017, Natal. Anais [...].</i> Natal: FINEDUCA, 2017.	IFRN



VI Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior		
2018	MELO, André Lins de. A Política de Fundos na Rede Estadual de Ensino do Amapá (2004-2017): primeiras aproximações. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 6., 2018, Campinas. Anais [...].</i> Campinas: FINEDUCA, 2018.	UEAP
2018	PEREIRA, Josué Vidal. Análise dos recursos financeiros aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: 1996-2016. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 6., 2018, Campinas. Anais [...].</i> Campinas: FINEDUCA, 2018.	IFG
VII Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica e Superior		
2019	CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Emendas Parlamentares Orçamentárias Destinadas à Educação. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 7., 2019, Belém. Anais [...].</i> Belém: FINEDUCA, 2019.	UFMA
2019	OLIVEIRA, Marla Sarmiento de; Mendonça, Paulo Henrique de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento dos Institutos Federais: um estudo da execução orçamentária do IFRN (2014-2018) - houve contingenciamento? <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 7., 2019, Belém. Anais [...].</i> Belém: FINEDUCA, 2019.	IFRN
VIII Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica		
2020	OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e as implicações para os Recursos da Assistência Estudantil do IFRN. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 8., 2020, Virtual. Anais [...].</i> Porto Alegre: FINEDUCA, 2020.	IFRN
IX Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica		
2021	SANTANA, Maracy Oliveira de; SILVA, Juvania dos Santos Borges da; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A Regulamentação do Novo FUNDEB e as implicações do Decreto 10.656/2021 para os Institutos Federais. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 9., 2021, Virtual. Anais [...].</i> Porto Alegre: FINEDUCA, 2021.	IFRN
2021	SILVA, Andreilson Oliveira da; OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre 2015 e 2020: as implicações da Emenda Constitucional 95/2016. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA, 9., 2021, Virtual. Anais [...].</i> Porto Alegre: FINEDUCA, 2021.	IFRN
IX Encontro Anual da Fineduca - Relações público-privado no financiamento da educação		
2021	OLIVEIRA, André Luís Pinto de; BATISTA, Sueli Soares dos Santos;	ETEC; CEET;

	PEREIRA, Daniel Capella; ALENCAR, Felipe. Os contratos milionários do Governo Paulista e a relação com a Reforma do Ensino Médio. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA</i> , 9., 2021, Virtual. <b>Anais [...]</b> . Porto Alegre: FINEDUCA, 2021.	USP
2021	REIS, Elydimara Durso dos; ALENCAR, Felipe. Relação Público-Privado no Financiamento da Educação Profissional Paulista: o caso da forma concomitante do Programa REDE/VENCE. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA</i> , 9., 2021, Virtual. <b>Anais [...]</b> . Porto Alegre: FINEDUCA, 2021.	USP
X Encontro Anual da Fineduca - Políticas de Financiamento da Educação Básica		
2022	ALENCAR, Felipe; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Financiamento da Educação Profissional Paulista no contexto da Nova Gestão Pública: trajetória do Centro Paula Souza, 1995-2018. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA</i> , 10., 2022, Florianópolis. <b>Anais [...]</b> . Florianópolis: FINEDUCA, 2022.	USP
2022	SILVA, Josenildo Diniz; SILVA, Juvania dos Santos Borges da; SANTANA, Maracy Oliveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Os Recursos Investidos nos Institutos Federais da Região Nordeste durante a Pandemia da Covid-19: um estudo dos dados da plataforma SIOP. <i>In: Encontro Anual da FINEDUCA</i> , 10., 2022, Florianópolis. <b>Anais [...]</b> . Florianópolis: FINEDUCA, 2022.	IFRN

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Os estudos podem ser categorizados em alguns grupos. O primeiro deles compreende grande parcela das pesquisas analisadas, uma vez que oito trabalhos trataram do financiamento da EPT nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Destes oito, quatro investigaram a execução dos recursos financeiros investidos e aplicados nas instituições, dois se voltaram para a análise das implicações da EC 95/2016 para o financiamento das ações educativas nos institutos, e dois refletiram sobre os impactos de políticas como o PRONATEC e o novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para o seu financiamento. Dos restantes, um pesquisou o financiamento da EPT a partir de emendas parlamentares federais; dois estudaram o financiamento da modalidade na rede estadual; e dois trataram do financiamento em sua relação público-privada. Igualmente, as pesquisas presentes nos anais trazem discussões relevantes para o cenário do financiamento da EPT.

Ribeiro e Souza Junior (2017), ao estudar a execução do PRONATEC, destacando os critérios utilizados para a implantação e implementação do programa no IFPB, os custos financeiros aportados ao programa e os prováveis benefícios que este gera para a sociedade e ao instituto, verificaram que o programa apresentou uma inovadora formatação, baseada na descentralização de recursos para instituições públicas de formação profissional. Porém, tanto seu planejamento quanto sua execução careceram de atenção, gerando a devolução de recursos e taxas altas de insucesso.

Silva, Souza e Ferreira (2017), por sua vez, buscando analisar o financiamento das atividades estudantis do IFRN através de um estudo das dotações orçamentárias para o ano de 2016, constataram que a instituição destinou, para esta finalidade, o total de R\$ 15,3 milhões. No entanto, ao verificar quanto foi investido em cada uma das ações específicas que compõem as atividades estudantis, os autores perceberam que os valores somaram apenas R\$ 12,9 milhões. Apesar de não conseguir esclarecer o que aconteceu com os restantes 21% dos recursos, que inicialmente teriam sido investidos, os autores evidenciaram cortes na ordem de R\$ 1,05 milhão para estas ações, o que demonstraria uma não valorização das estratégias de permanência discente no instituto.

Melo (2018), ao analisar o financiamento da educação básica da rede estadual de ensino do Amapá, tendo como escopo as políticas de Fundos em curso desde os anos 1990, apresentou informações relevantes acerca do financiamento da EPT vinculada à Educação de Jovens e Adultos (EJA). O autor esclarece que, em 2007, o valor aplicado por aluno da rede estadual de ensino, R\$ 1.461,56, ficou acima do valor estimado para a Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, que foi de R\$ 1.253,97; em 2008, o valor de R\$ 2.010,51, investido por aluno da rede estadual, ficou novamente acima do estimado para EJA integrada à Educação Profissional, que foi R\$ 1.439,00; em 2009, mais uma vez, a rede estadual do Amapá aplicou R\$ 2.146,08 a cada matrícula em sua rede, superando o valor de R\$ 2.072,72 estimado para a modalidade da EJA integrada à Educação Profissional; e em 2010, igualmente, a razão entre o valor do FUNDEB repassado à rede estadual de ensino do Amapá e o número de matrículas foi de R\$ 2.315,08, valor superior ao que fora estimado para a matrícula EJA integrada à Educação Profissional, de R\$ 2.124,18. A pesquisa concluiu que a diminuição no número de matrículas na rede estadual de ensino do Amapá não significou a diminuição no montante de recursos do FUNDEB repassado ao estado.

Já Cavalcanti (2019), ao apresentar dados preliminares de uma pesquisa que teve como objeto de estudo o perfil das emendas parlamentares destinadas ao financiamento da educação, evidenciou o aumento considerável da destinação de recursos do governo federal para a educação através dessas emendas, o que permitiu inferir que o financiamento da educação é utilizado como barganha política eleitoral entre os poderes executivo e legislativo. Os dados mostraram que entre 2015 e 2017, a área beneficiada com a menor quantidade de emendas foi a EPT, que recebeu apoio financeiro através de noventa e cinco emendas, número inferior ao da educação superior, que recebeu recursos de trezentas e nove emendas, e da educação básica, que recebeu recursos de duzentas e quarenta e cinco. Tratando do volume de recursos, porém, a educação básica acabou por ser a etapa mais beneficiada, recebendo R\$ 380,6 milhões, seguida da educação superior, que recebeu R\$ 124,9 milhões, e da EPT, que obteve R\$ 41,6 milhões.

O trabalho de Oliveira, Mendonça e Ferreira (2019) objetivou compreender o financiamento dos Institutos Federais e acompanhar a execução orçamentária do IFRN, no período de 2014 a 2018, a fim de identificar se ocorreu contingenciamento de recursos. As evidências reforçaram a necessidade da implementação de políticas de financiamento que tenham em vista fortalecer a EPT ofertada pelo instituto, que sofreu cortes no orçamento para despesas com o funcionamento e aplicou, durante o exercício financeiro de 2018, o correspondente a aproximadamente 90% do valor executado no exercício de 2014.

Santana, Silva e Ferreira (2021) analisaram a regulamentação do novo FUNDEB e as implicações do Decreto n.º 10.656/2021, que prevê, em seu Artigo 25, convênios ou parcerias entre os Institutos Federais e as redes estaduais de ensino para a oferta de cursos concomitantes de educação profissional de nível médio e do Itinerário Formativo da Formação Técnica Profissional. Considerando a organização entre os entes federados, as autoras indicaram que a efetivação do mencionado artigo poderá gerar implicações negativas para a autonomia financeira e pedagógica dos Institutos Federais, visto que os convênios ou acordos firmados podem levar à ruptura do pacto federativo entre os entes, dada a possibilidade da transferência de recursos do FUNDEB para a rede federal, e também a desacordos pedagógicos, considerando a proposta de formação humana integral implementada nos institutos.

O estudo de Silva, Oliveira e Ferreira (2021) teve como objetivo analisar o impacto da EC 95/2016 no financiamento das instituições que compõem o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia (CONIF), e concluiu que, enquanto as despesas obrigatórias (relacionadas ao pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários) das instituições CONIF estavam em ascensão, o volume de recursos para as despesas discricionárias (não obrigatórias, relacionadas ao custeio e manutenção das instituições) foi reduzido. Neste sentido, os dados apontaram para a relação entre a promulgação da EC 95/2016 e a queda no investimento para ampliação do número de vagas na EPT, caracterizando a emenda em questão como uma política governamental de desmonte e de negação de direitos, que contraria o previamente estabelecido pela meta onze do PNE (2014-2024).

A adaptação realizada pelo governo paulista nas parcerias privadas para a oferta de parte do seu currículo de educação básica através do programa Novotec foi objeto do estudo de Oliveira, Batista, Pereira e Alencar (2021), que procuraram apresentar o contexto do engendramento do texto legal que deu origem à Lei n.º 13.415/2017 e um panorama do novo programa paulista de educação profissional, criado à luz da reforma do Ensino Médio. Os autores ressaltaram a influência da economia neoliberal sobre a organização e a oferta da educação, e ratificaram o modo como a reforma do Ensino Médio instituiu a possibilidade de os sistemas de ensino estabelecerem suas próprias parcerias com instituições de ensino privadas, como fez o estado de São Paulo, que, através de contratos milionários, utilizou-se da oportunidade para expandir suas relações com a esfera privada. A conclusão foi de que a homologação desta lei viabilizou que o setor privado assumia posições estratégicas na educação básica.

As investigações de Reis e Alencar (2021) propuseram-se a abordar aspectos da privatização da educação profissional técnica a partir da análise do Programa REDE/VENCE, implementado no estado de São Paulo nas formas integrada e concomitante ao Ensino Médio. A partir disso, constataram que a atuação do setor privado ocorreu de duas formas distintas no programa: primeiro, na execução da atividade educativa, através da oferta de cursos técnicos em escolas privadas; depois, na avaliação da política, com a contratação da empresa responsável pela consultoria para o programa. Os autores concluíram que, em ambas as intervenções, houve a transferência de recursos do fundo público para o privado e destacaram que a forma concomitante do programa foi encerrada e substituída pelo Programa Novotec, que passou a consistir no itinerário de educação profissional.

A pesquisa de Alencar e Moraes (2022), ao analisar a trajetória do financiamento da educação profissional no estado de São Paulo entre 1995-2018, tomando como referência o Centro Paula Souza, denunciou que a descontinuidade na execução dos recursos financeiros causou pontos de fragilidade na autonomia das instituições que atendiam à demanda da EPT, visto que estas estavam vinculadas a diferentes secretarias do governo estadual. Tais oscilações orçamentárias comprometeram o direcionamento de recursos para a instituição em foco, impossibilitando reformas, manutenção e atualização de suas instalações e de seus equipamentos. Do mesmo modo, verbas escassas foram direcionadas à aquisição de material didático, aprofundando a precarização das condições de trabalho e estudo no citado Centro. Os autores finalizaram criticando a apropriação privada de recursos do fundo público.

Silva, Silva, Santana e Ferreira (2022) tiveram por objetivo analisar os recursos extras destinados aos Institutos Federais da região nordeste, no período de 2020 a 2022, para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Apesar de constatarem o pagamento de R\$ 40,4 milhões aos institutos investigados, os autores não puderam esclarecer se o montante foi suficiente para garantir o direito à educação aos estudantes da instituição, uma vez que não foram disponibilizados dados específicos sobre a quantidade ou o tipo de atendimento prestado.

Diante dos critérios pré-definidos para a seleção dos trabalhos que comporiam este estudo, foram estas as pesquisas, presentes nas publicações FINEDUCA, elencadas para esta análise, uma vez que tratavam do financiamento da EPT. Suas relevantes contribuições acadêmicas mostraram-se como de inestimável valor para a compreensão dos contextos em que se insere o financiamento dessa importante modalidade educativa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Analisou-se, neste artigo, o conteúdo das produções acadêmicas referentes ao financiamento da EPT presentes nas publicações FINEDUCA, identificando a quantidade de trabalhos, os anos de publicação e as instituições de vínculo dos autores, e ressaltando as temáticas abordadas, seus objetivos e principais achados.

Os resultados permitiram perceber a diminuta produção acerca do financiamento da EPT nas bases analisadas, considerando que a FINEDUCA possui a finalidade explícita de tratar de temas vinculados ao financiamento da educação. No total, foram identificadas somente 20 produções, entre artigos completos publicados de 2011 a 2023 pela Revista FINEDUCA, e resumos simples e expandidos publicados de 2017 a 2022 pelos Anais das edições V a X do Encontro Anual da FINEDUCA.

O mapeamento revelou que 2021 foi um ano de destaque pela publicação de seis dessas produções. Observou-se ainda o protagonismo da região nordeste na produção de conhecimento em financiamento da EPT, com onze dos estudos produzidos por autores da região. O IFRN, casa do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPGEP), também se mostrou proeminente na produção deste conhecimento, sendo os autores de oito dos trabalhos vinculados à instituição.

As pesquisas abordaram, em sua maioria, questões referentes ao financiamento da modalidade educativa nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, totalizando treze trabalhos; quatro destes voltaram-se para as nocivas implicações da EC 95/2016 para o financiamento destas instituições. Entre as demais produções, quatro refletiram sobre a relação público-privada que permeia o financiamento da EPT, denunciando o repasse de recursos públicos para instituições privadas, e somente duas investigaram o financiamento da modalidade na rede estadual de ensino, com uma dessas enfatizando sua vinculação à EJA, evidenciando as lacunas no escopo de produção.

Conclui-se este estudo, primeiro, reforçando a necessidade de novos trabalhos que, com diferentes metodologias e enfoques analíticos, venham a contribuir para o preenchimento das lacunas deixadas por este construto, e segundo, ressaltando a importância da produção acadêmica voltada para o campo científico do financiamento da EPT, que, assim como o grande campo da educação profissional, está ainda em constituição, e possui lacunas que igualmente precisam ser preenchidas.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Felipe; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. Financiamento da Educação Profissional Paulista no contexto da Nova Gestão Pública: trajetória do Centro Paula Souza, 1995-2018. *In: Encontro Anual da FINEDUCA, 10.*, 2022, Florianópolis.

**Anais [...]**. Florianópolis: FINEDUCA, 2022. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Eixo-Políticas-de-financiamento-da-educacao-basica2.pdf>. Acesso em ago. 2023.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando publicações, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 08 jul. 2022.

BRASIL. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 08 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 08 jul. 2022.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. Emendas Parlamentares Orçamentárias Destinadas à Educação. *In: Encontro Anual da FINEDUCA, 7.*, 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: FINEDUCA, 2019. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/01/1-Eixo-Políticas-de-Financiamento.pdf>. Acesso em ago. 2023.

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.

Dutra, Norivan Lustosa Lisboa; Brisolla, Lívia Santos. Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 7, p. 1-17, 2020.

Frigotto, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 71-87, jan./jun. 2001.

Melo, André Lins de. A Política de Fundos na Rede Estadual de Ensino do Amapá (2004-2017): primeiras aproximações. *In*: Encontro Anual da FINEDUCA, 6., 2018, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: FINEDUCA, 2018. Disponível em <https://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Eixo-Políticas-de-Financiamento-da-Educacao-Basica-e-Superior.pdf>. Acesso em ago. 2023.

Morosini, Marília; Kohls-Santos, Pricila; Bittencourt, Zoraia. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

Nascimento, Maria Luzirene Oliveira do; Cruz, Rosana Evangelista da. Financiamento e gestão do PRONATEC: o público e o privado na política de educação profissional. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 6, n. 11, p. 1-13, 2016.

Oliveira, André Luís Pinto de; Batista, Sueli Soares dos Santos; Pereira, Daniel Capella; Alencar, Felipe. Os contratos milionários do Governo Paulista e a relação com a Reforma do Ensino Médio. *In*: Encontro Anual da FINEDUCA, 9., 2021, Virtual. **Anais [...]**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2021. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Eixo-Relacoes-Publico-Privadas-no-Financiamento-da-Educacao.pdf>. Acesso em ago. 2023.

Oliveira, Marla Sarmento de; Mendonça, Paulo Henrique de; Ferreira, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento dos Institutos Federais: um estudo da execução orçamentária do IFRN (2014-2018) - houve contingenciamento? *In*: Encontro Anual da FINEDUCA, 7., 2019, Belém. **Anais [...]**. Belém: FINEDUCA, 2019. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/01/1-Eixo-Políticas-de-Financiamento.pdf>. Acesso em ago. 2023.

Oliveira, Ramon Igor da Silveira; Ferreira, Maria Aparecida dos Santos. A Emenda Constitucional nº 95/2016 e as implicações para os recursos da assistência estudantil do IFRN. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 12, n. 7, p. 1-14, 2022.

Pereira, Josué Vidal. Análise dos recursos financeiros aplicados nas Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: 1996-2016. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 1-20, 2019.

Pereira, Josué Vidal; Amorim, Rodrigo de Freitas. Dinheiro público, oferta privada: a dinâmica do financiamento e da oferta de educação profissional no Sistema S. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

RIBEIRO, Isabella Medeiros Lopes; SOUZA JUNIOR, Luiz de. A execução do Pronatec no âmbito do IFPB: um estudo de caso. *In: Encontro Anual da FINEDUCA*, 5., 2017, Natal. **Anais [...]**. Natal: FINEDUCA, 2017. Disponível em <https://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/AnaisV/Políticas/políticas-9.pdf>. Acesso em ago. 2023.

ROLIN, Evandro Cherubini. Desenvolvimento de metodologia para o cálculo do custo-aluno da educação profissional e tecnológica no campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 18, p. 1-19, 2021.

REIS, Elydimara Durso dos; ALENCAR, Felipe. Relação Público-Privado no Financiamento da Educação Profissional Paulista: o caso da forma concomitante do Programa REDE/VENCE. *In: Encontro Anual da FINEDUCA*, 9., 2021, Virtual. **Anais [...]**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2021. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Eixo-Relacoes-Publico-Privadas-no-Financiamento-da-Educacao.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SANTANA, Maracy Oliveira de; SILVA, Juvania dos Santos Borges da; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. A Regulamentação do Novo FUNDEB e as implicações do Decreto 10.656/2021 para os Institutos Federais. *In: Encontro Anual da FINEDUCA*, 9., 2021, Virtual. **Anais [...]**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2021. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Eixo-Políticas-de-Financiamento-da-Educacao-Basica.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In: FERRETI, Celso João et al. (Orgs.). Novas tecnologias, trabalho e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Andreilson Oliveira da; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento da Assistência Estudantil do IFRN: uma relação entre as matrículas e os recursos planejados (2014 a 2019). **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 11, n. 19, p. 1-17, 2021.

SILVA, Andreilson Oliveira da; OLIVEIRA, Ramon Igor da Silveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Financiamento das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica entre 2015 e 2020: as implicações da Emenda Constitucional 95/2016. *In: Encontro Anual da FINEDUCA*, 9., 2021, Virtual. **Anais [...]**. Porto Alegre: FINEDUCA, 2021. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Eixo-Políticas-de-Financiamento-da-Educacao-Basica.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SILVA, Carlos José Araújo da; SOUZA, Michael Pratini Silva de; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Dotações orçamentárias e investimento nas atividades estudantis do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte em 2016. *In: Encontro Anual da FINEDUCA*, 5., 2017, Natal. **Anais [...]**. Natal:



FINEDUCA, 2017. Disponível em <https://www.fineduca.org.br/wp-content/uploads/AnaisV/Políticas/políticas-18.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SILVA, Josenildo Diniz; SILVA, Juvania dos Santos Borges da; SANTANA, Maracy Oliveira; FERREIRA, Maria Aparecida dos Santos. Os Recursos Investidos nos Institutos Federais da Região Nordeste durante a Pandemia da Covid-19: um estudo dos dados da plataforma SIOP. *In: Encontro Anual da FINEDUCA, 10., 2022, Florianópolis. Anais [...].* Florianópolis: FINEDUCA, 2022. Disponível em <https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Eixo-Políticas-de-financiamento-da-educacao-basica2.pdf>. Acesso em ago. 2023.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza; PINTO, José Marcelino de Rezende; GIL, Juca; JACOMINI, Márcia Aparecida; FARENZENA, Nalú. Revista FINEDUCA - 10 anos de contribuição à pesquisa em financiamento da educação. **FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 10, n. 37, 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.